

Bibliografia

AARNIO, Aulis. **Reason and Authority**. A Treatise on the Dynamic Paradigm of Legal Dogmatics. Aldershot: Ashgate, 1997.

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ACKERMAN, Bruce. The New Separation of Powers. Vol. 113, **Harvard Law Review**, n. 3, p. 633, 2000.

_____. **Nós, o Povo Soberano** – Fundamentos do Direito Constitucional. Tradução Mauro Raposo de Mello. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

ALEXY, Robert. My philosophy of law: the institutionalisation of reason. In: WINTGENS, Luc J. (Org.). **The Law in Philosophical Perspectives**. Dordrecht: Kluwer, 1999.

_____. On the structure of legal principles. **Ratio Juris** 13. Oxford: Blackwell, 2000.

_____. Epílogo a la Teoría de los Derechos Fundamentales, **Revista Española de Derecho Constitucional**, nº 22, p. 13-64, 2002.

_____. Los derechos fundamentales en el Estado Constitucional Democrático. In: CARBONELL, Miguel (ed.). **Neoconstitucionalismo(s)**. Madrid: Trotta, 2003.

_____. Derecho Injusto, Retroactividad y Principio de Legalidad Penal: La doctrina del Tribunal Constitucional Federal alemán sobre los homicidios cometidos por los centinelas del Muro de Berlín. **Doxa**, n. 23, 2003b.

_____. El concepto y la validez del derecho. Barcelona: Gedisa, 2004.

_____. **Teoria dos Direitos Fundamentais**. Tradução Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2008.

AMAR, Akhil Reed. Intratextualism. Vol. 112, **Harvard Law Review**, p. 749, 1999. Disponível em: <<http://www.law.yale.edu/documents/pdf/1999Intratextualism.pdf>>. Acessado em: 10 out. 2008.

AMARAL, Gustavo. **Direito, Escassez e Escolha**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

ANDERSON, Elizabeth. Dewey's Moral Philosophy. **Stanford Encyclopedia of Philosophy**, 2010. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/entries/dewey-moral/>>. Acessado em: 02 mar. 2012.

ANDRADE, José Carlos Vieira de. **Os direitos fundamentais na Constituição portuguesa de 1976**. Coimbra: Livraria Almedina, 1983.

ARAGÃO, Alexandre Santos de. ARAGÃO, Alexandre Santos de. O poder normativo das agências reguladoras independentes e o Estado Democrático de Direito. **Revista de Informação Legislativa**, ano 37, nº 148, out./dez. 2000.

_____. **Agências Reguladoras** – E a evolução do Direito Administrativo Econômico. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

_____. Interpretação consequencialista e análise econômica do Direito Público à luz dos princípios constitucionais da eficiência e da economicidade. In: RAMALHO, Pedro (Org.). **Regulação e Agências Reguladoras Governança e Análise de Impacto Regulatório**. Brasília: Anvisa, 2009.

ARAÚJO, Thiago Cardoso. Pode o Bispo andar em “L”? Quando os Princípios são aplicados sem Regras. Trabalho apresentado no **XXXIII Congresso Nacional de Procuradores de Estado**, 2007.

ARGUELHES, Diego Werneck. **Deuses pragmáticos, mortais formalistas**: a justificação consequencialista de decisões judiciais. Dissertação (Mestrado em Direito Público) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 220 f., 2006.

ARGUELHES, Diego Werneck; LEAL, Fernando. O argumento das “capacidades institucionais” entre a banalidade, a redundância e o absurdo. **Revista Direito, Estado e Sociedade** n. 38, p. 6 a 50, jan/jun 2011. Disponível em: <http://direitostadosociedade.jur.puc-rio.br/media/01_Arguelhes_Leal.pdf>. Acessado em: 02 abr. 2012.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicómaco**. São Paulo: Nova Cultural, coleção Os Pensadores, 1996.

_____. **Política**. Edição bilingue (português-grego) com tradução directa do grego. Tradução António Campelo Amaral e Carlos de Carvalho Gomes. 1ª Ed. Lisboa: Vega, 1998.

_____. **Politics**. Translated by Benjamin Jowett. Batoche Books, 1999.

ATIENZA, Manuel. **El sentido del Derecho**. Barcelona: Ariel; 2004, p. 309.

ÁVILA, Humberto. Medida Provisória na Constituição de 1988. Fabris Editor, 1997.

_____. **Teoria dos Princípios**: da definição à aplicação dos princípios jurídicos. 3ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2004.

_____. “Neoconstitucionalismo”: entre a “Ciência do Direito” e o “Direito da Ciência”. **Revista Eletrônica de Direito do Estado (REDE)**: Salvador, IBDP, nº 17, jan./mar. 2009. Disponível na internet: <<http://www.direitodoestado.com.br/rede.asp>>. Acessado em: 03 ago. 2011.

BAIRD, Douglas G.; RASMUSSEN, Robert K. Boyd’s Legacy and Blackstone’s Ghost. Vol. 393, **Supreme Court Review**, 1999.

BALDEZ, Miguel. O lugar das favelas e das ocupações na atual conjuntura sócio-econômica do Rio de Janeiro. In: **Seminário “Favela é Cidade”**. Anotação pessoal. Rio de Janeiro, 17 abr. 2006.

BARCELLOS, Ana Paula de. **A Eficácia dos Princípios Constitucionais – O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana**. 1 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

_____. Ponderação, Racionalidade e Atividade Jurisdicional. 1 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

BARROS, Sérgio Resende de. Constituição, artigo 52, inciso X: reversibilidade? **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, vol. 40, n. 158, p. 233, abr./jun. 2003.

BARROSO, Luís Roberto. **Interpretação e Aplicação da Constituição**. São Paulo: Saraiva, 1996.

_____. **O Direito Constitucional e a Efetividade de suas Normas**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

_____. Fundamentos teóricos e filosóficos do novo Direito Constitucional brasileiro. **Jus Navigandi**, Teresina, a. 6, n. 59, out. 2002. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3208>>. Acesso em: 25 jan. 2006.

_____. Da falta de efetividade à judicialização excessiva: direito à saúde, fornecimento gratuito de medicamento e parâmetros para a atuação judicial. **Revista Interesse Público**, nº 46, p. 31-62, 2007.

_____. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo. São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. Constituição, Democracia e Supremacia Judicial: Direito e Política no Brasil Contemporâneo. **Revista Jurídica da Presidência**. Brasília, vol. 12, nº 96, fev./mai. 2010. Disponível em: <<https://www4.planalto.gov.br/revistajuridica/vol-12-n-96-fev-mai-2010/menu-vertical/artigos/artigos.2010-06-09.1628631230>>. Acessado em: 11 jun. 2011.

BARROSO, Luís Roberto; BARCELLOS, Ana Paula de. O começo da História: a Nova Interpretação Constitucional e o Papel dos Princípios no Direito Brasileiro. In: SILVA, Virgílio Afonso (org.). **Interpretação Constitucional**. 1 ed., 3ª tiragem. São Paulo: Malheiros, 2010.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Comentários à Constituição do Brasil**. v. 2. São Paulo: Saraiva, 1989.

BASTOS, Celso Ribeiro; MEYER-PGLUG, Samantha. A Interpretação como Fator de Desenvolvimento e Atualização das Normas Constitucionais. In: SILVA, Virgílio Afonso (org.). **Interpretação Constitucional**. 1 ed., 3ª tiragem. São Paulo: Malheiros, 2010.

BELL, J. **Judiciaries within Europe – A Comparative Review**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

BENTHAM, Jeremy. **A Fragment On Government**. Kindle Edition. T. PAYNE; P. EMILY; E. Brooks. M.DCC.LXXVI (1776).

_____. **Theory of Legislation**. Translated by R. Hildreth. Boston: Weeks, Jordan & Company, 1840.

BICKEL, Alexander M. **The least Dangerous Branch: The Supreme Court at the Bar of Politics**. New Haven: Yale University Press, 1986.

BINEMBOJM, Gustavo. Agências Reguladoras Independentes e Democracia no Brasil. **REDAE – Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico**, nº 3, ago./out. 2005. Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com/revista/REDAE-3-AGOSTO-2005-GUSTAVO%20BINENBOJM.pdf>>. Acessado em: 06 fev. 2012.

_____. Entrevista Gustavo Binenbojm: modelo do pré-sal é inconstitucional. **Revista Consultor Jurídico**, 2009. Disponível em: <<http://direitoadministrativoemdebate.wordpress.com/2009/10/20/entrevista-gustavo-binenbojm-modelo-do-pre-sal-e-inconstitucional/>>. Acessado em: 06 dez. 2009.

BOBBIO, Norberto. The Promotion of Action in the Modern State. In: HUGHES (Org.). **Law, Reason and Justice**. New York: New York Press, 1969.

_____. Reformismo, Socialismo e Igualdade. **Novos Estudos Cebrap**, n. 19, 1987.

_____. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BÖCKENFÖRDE, Ernest-Wolfgang. Teoría e interpretación de los derechos fundamentales. In: **Escritos sobre Derechos Fundamentales**. Baden-Baden: Nomos, 1993.

_____. Sobre la situación de la dogmática de los derechos fundamentales tras 40 años de Ley Fundamental. Tradução Pagés Requejo. In: Böckenförde, E. W. **Escritos sobre derechos fundamentales**. Baden-Baden, 1993b.

_____. Origen y cambio del concepto de Estado de Derecho. Tradução Agapito Serrano. In: Böckenförde, E. W. **Estudios sobre El Estado de Derecho y La democracia**. Madrid: Trota, p. 17-47, 1999.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 25ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2010a.

_____. **Ciência Política**. 17ª. Ed. São Paulo: Malheiros, 2010b.

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas Públicas por Dentro**. Ijuí: Editora UNIJUI, 2006.

BORJA, Célio. **UERJ: Setenta Anos de História e Memórias**. Depoimentos. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: < <http://www.direitouerj.org.br/2005/fdir70/depCB.htm>>. Acesso em: 26 jan. 2006.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BRANDÃO, Rodrigo. **Supremacia Judicial versus Diálogos Constitucionais**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). **Regimento Interno**: [atualizado até fevereiro de 2010] – consolidado e atualizado até maio de 2002 por Eugênia Vitória Ribas. Brasília: STF, 2010.

BRITO, Miguel Nogueira de. Originalismo e Interpretação Constitucional. In: SILVA, Virgílio Afonso (org.). **Interpretação Constitucional**. 1 ed., 3ª tiragem. São Paulo: Malheiros, 2010.

BRUFF, Harold B. Coordinating Judicial Review in Administrative Law. Vol. 39, **UCLA Law Review**, p. 1193. Disponível em: < <http://lawweb.colorado.edu/profiles/pubpdfs/bruff/BruffUCLA.pdf>>. Acessado em: 01 mar. 2012.

BURNHAM, William. Introduction to the Law and Legal System of the United States. 4 ed. Thompson West, 2006.

BYRON, Michael (Ed.). Satisficing and Optimality. **Ethics**, v. 109, p. 67-93, oct. 1998. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/10.1086/233874>>. Acessado em: 03 abr. 2011.

_____. Introduction. In: **Satisficing and Maximizing**. Moral Theorists on Pratical Reason. Cambridge University Press, 2004. Disponível em: < http://bilder.buecher.de/zusatz/21/21854/21854001_lese_1.pdf>. Acessado em: 03 abr. 2011.

CALABRESI. Incentives, Regulation and the Problem of Legal Obsolescence. In: CAPPELLETTI, Mauro (Org.). **New Perspectives for a Common Law of Europe**

Nouvelles Perspectives d'un Droit Commun de l'Europe. Leyden & Bruxelles, Sijhoff & Bruylant, 1978.

CALLEBAUT, Werner. Herbert Simon's Silent Revolution. **Biological Theory** 2(1), Konrad Lorenz Institute for Evolution and Cognition Research, p. 76–86, 2007. Disponível em: <<http://www.intelligence-complexite.org/fileadmin/docs/ateliers/0811werner.pdf>>. Acessado em: 05 abr. 2012.

CAMPILONGO, Celso Fernandes. **O Direito na Sociedade Complexa.** Apresentação e ensaio de Raffaele De Giorgi. São Paulo: Max Limonad, 2000.

_____. **Política, Sistema Jurídico e Decisão Judicial:** uma redescritção a partir da Teoria dos Sistemas. São Paulo: Max Limonad, 2002.

_____. A Observação Sociológica da Interpretação Jurídica. **Cadernos Direito GV**, v. 6, nº 3, Caderno 29, mai. 2009.

CANOTILHO, J. J. Gomes. **Constituição-Dirigente e Vinculação do Legislador:** contributo para a compreensão das Normas Constitucionais Programáticas. Coimbra: Coimbra Editora, 1982.

_____. **Direito constitucional e Teoria da Constituição.** 2ª Ed. Coimbra: Almedina, 1998.

CAPPELLETTI, Mauro. (Org.). **New Perspectives for a Common Law of Europe/ Nouvelles Perspectives d'un Droit Commun de l'Europe.** Leyden & Bruxelles, Sijhoff & Bruylant, 1978.

_____. Who Watches the watchmen? A comparative study on Judicial responsibility. In: **Anales del Congreso Internacional de Derecho Comparado.** Caracas, 1982.

_____. **Juízes Irresponsáveis?** Tradução Carlos Alberto Álvaro de Oliveira. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1989.

_____. **Juízes Legisladores?** Tradução Carlos Alberto Álvaro de Oliveira. Reimpressão. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1999.

CASTELLS, Manuel. **Problemas de investigação em Sociologia Urbana.** Tradução Lemos de Azevedo. São Paulo: Martins Fontes, 1976.

CARBONEL, Miguel. El neoconstitucionalismo en su laberinto. In: **Teoria Del neoconstitucionalismo.** Madrid: Trotta, 2007.

CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli; D'OLIVEIRA, Sônia A. Lê Cocq. Práticas Sociais Instituintes e a sua Tradução Jurídica Urbanística. In: FONSECA, Maria Guadalupe Piragibe da; CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli (Org.). **Direito em Revista: 20 anos de pesquisa.** Rio de Janeiro: Letra Capital, OAB/RJ e UNIGRANRIO, 2004.

CHARBONNIER, G. **Panorama des Systèmes Judiciaires dans l'Union Européenne.** Bruxelas: Bruylant, 2008.

CÍCERO. **Da República.** Coleção Mestres Pensadores. São Paulo: Escala, 2005.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria Geral do Processo.** 20 ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

CITTADINO, Gisele. Judicialização da Política, Constitucionalismo Democrático e Separação de Poderes. In: VIANNA, Luiz Werneck (Org.). **A democracia e os três**

poderes no Brasil. Rio de Janeiro e Belo Horizonte: IUPERJ/FAPERJ e Editora UFMG, 2003.

CLÈVE, Clèmerson Merli. A teoria Constitucional e o Direito Alternativo: para uma dogmática constitucional emancipatória. In: **Uma Vida Dedicada ao Direito:** Homenagem a Carlos Henrique de Carvalho. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.

_____. O problema da Legitimação do Poder Judiciário e das Decisões Judiciais no Estado Democrático de Direito. In: **Debates**, nº 20: A Constituição Democrática Brasileira e o Poder Judiciário. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 1999.

_____. **Medidas Provisórias.** 2. ed. Max Limonad, 1999.

COMANDUCCI, Paolo. Uma defesa do positivismo metodológico. In: DIMOULIS, Dimitri; DUARTE, Écio Oto (Orgs.). **Teoria do direito neoconstitucional:** superação ou reconstrução do positivismo jurídico? São Paulo: Método, 2008.

COMELLA, Víctor Ferreres. Las Consecuencias de Centralizar el Control de Constitucionalidad de la Ley en un Tribunal Especial. Algunas Reflexiones acerca del Atctivismo Judicial. In: **Los Limites de la democracia.** Buenos Aires: Editores del Puerto, p. 305-326, 2005.

COMPARATO, FÁBIO KONDER. Direitos Humanos no Brasil: o Passado e o Futuro. In: **Direitos Humanos** – Legislação e Jurisprudência, primavera de 1999. Disponível em <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/dh/volume%20i/artigo%20comparato.htm>>. Acesso em: 10 mai. 2006.

_____. Os obstáculos históricos à vida democrática em Portugal e no Brasil. **Fórum Mundial Social**, Biblioteca das Alternativas, 22.10.2002. Disponível em <http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=bibli_fcomparato2_pt>. Acessado em: 10 mai. 2006.

CONJUR. **Anuário da Justiça Brasil 2012.** Editora Conjur, 2012.

COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda; LIMA, Martonio Mont Alverne B. et. al. **Diálogos Constitucionais:** Direito, Neoliberalismo e Desenvolvimento em Países Periféricos. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

COUTINHO, Ronaldo do Livramento. Novas Questões Sobre Cidadania e Exclusão Social no Brasil. In: LEMOS, Maria Teresa Brites de; BAHIA, Luiz Henrique Nunes (Orgs.) **Percursos da memória:** A Construção do Imaginário Nacional. Rio de Janeiro: Eduerj, 2000.

_____. Direito Ambiental das Cidades: questões teórico-metodológicas. In: **O direito ambiental das cidades.** Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

_____. Direito da Cidade: o direito no seu lugar. **Revista de Direito da Cidade** / Pós-graduação da Faculdade de Direito. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, v. 1, n. 1. Rio de Janeiro: HARBRA, mai./dez. 2006.

CUNHA, Luciana Gross (Coord.). **ICJBrasil.** Faculdade de Direito – FGV São Paulo. 2º Trimestre de 2010 ao 1º Trimestre de 2011. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/8740/Relat%C3%B3rio%20ICJBrasil%20Ano%202%20-%202%C2%BA%20Trimestre%202010%20-%201%C2%BA%20Trimestre%202011.pdf?sequence=1>>. Acessado em: 30 jun. 2012.

_____. **ICJBrasil**. Faculdade de Direito – FGV São Paulo. 1º Trimestre de 2012. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/9799/Relat%C3%B3rio%20ICJBrasil%201%C2%BA%20Trimestre%20-%202012.pdf?sequence=1>. Acessado em: 30 jun. 2012.

CUNHA, Sérgio Sérulo. Introdução à edição brasileira. In: Kelsen, Hans. **Jurisdição Constitucional**. Tradução Alexandre Krug, Eduardo Brandão e Maria E. A. P. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CYRINO, André Rodrigues. **Direito Constitucional Regulatório**: elementos para uma interpretação institucionalmente adequada da Constituição econômica brasileira. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.

DAHLMAN, Carl J. The Problem of Externality. Vol. 21, **Journal of Law and Economics**, p. 141–162, 1979.

DAHRENDORF, Ralf. **Sociedade e liberdade**: para uma análise sociológica do presente. Brasília: UNB, 1981.

DEVLIN, Patrick. The Judge as Lawmaker. In: **The Judge**. Oxford: Oxford University Press, 1979.

DIMOULIS, Dimitri. A relevância prática do positivismo jurídico. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Belo Horizonte, n. 102, pp. 215-253, jan/jun 2011.

DIVER, Colin S. The Optimal Precision of Administrative Rules. Vol. 93, **Yale Law Journal**, p. 65, 1983.

DORF, Michael C.; ADLER, Matthew D. Constitutional Existence Conditions and Judicial Review. **Cornell Law Faculty Publications**. Paper 84, 2003. Disponível em: <http://scholarship.law.cornell.edu/facpub/84>. Acessado em: 01 jun. 2012.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

DWORKIN, Ronald. **Taking Rights Seriously**. 6. tir. London: Duckworth, 1991.

_____. **Freedoms Law**: The Moral Reading of the American Constitution. Cambridge: Harvard University Press, 1996.

_____. Order of the Coif Lecture: In Praise of Theory. Vol. 29, **Arizona St. Law Journal**, 1997.

_____. Is law a system of rules? In: Dworkin, R. M. (Org.). **The Philosophy of Law**. Oxford: Oxford University Press, 1997b.

_____. **O Império do Direito**. São Paulo: Martins fontes, 2003.

_____. **Uma questão de princípio**. São Paulo: Martins fontes, 2005.

EIRÓ, Pedro. **Noções Elementares de Direito**. Verbo, 1997.

EISENBERG, José. Pragmatismo, Direito Reflexivo e Judicialização da Política. In: VIANNA, Luiz Werneck (Org.). **A democracia e os três poderes no Brasil**. Rio de Janeiro e Belo Horizonte: IUPERJ/FAPERJ e Editora UFMG, 2003.

ELHAUNGE, Einer R. Does Interest Group Theory justify more intrusive Judicial Review? Vol. 101, **Yale Law Journal**, 1991.

ELSTER, Jon. **Explaining Technical Change: a Case Study in the Philosophy of Science**. Oslo, 1983.

_____. **Ulysses and the Sirens: Studies in Rationality and Irrationality**. Cambridge University Press, 1985.

_____. **Solomonic Judgments: Studies in the Limitation of Rationality**. Cambridge University Press, 1989.

_____. **Explaining Social Behavior: More Nuts and Bolts for the Social Sciences**. Cambridge University Press, 2007.

_____. **Ulisses Liberto**. Tradução Cláudia Sant'Ana Martins. São Paulo: Unesp, 2009.

ELY, John Hart. **Democracy and Distrust: A Theory of Judicial Review**. Cambridge: Harvad University Press, 1980.

ENTERRÍA, Eduardo García de. **La Constitución como Norma y el Tribunal Constitucional**. 3. ed. Madrid: Civitas, 1985.

_____. **La Constitución como Norma y el Tribunal Constitucional**. 3 ed. Madrid: Civitas, 1994.

ESKRIDGE JR., William N. Dynamic Statutory Interpretation. Vol. 135, **U. Pa. L. Rev.**, p. 1479, 1987.

_____. The New Textualism. Vol. 37, **UCLA Law Review**, p. 621, 1990.

_____. Overriding Supreme Court Statutory Interpretation Decisions. Vol. 101, **Yale Law Journal**, p. 331, 1991.

ESPINOSA, Baruch de. **Tratado Político**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

EWALD, François. **L'État Providence**. Paris: Bernard Grasset, 1986.

_____. Justiça, igualdade e juiz. In: **Focaut, a norma e o direito**. Lisboa: Vega, 1993.

FALCÃO, J.; SCHUARTZ, L. F.; & ARGUELHES, D. W. **Jurisdição, Incerteza e Estado de Direito**, 2006. Disponível em: <http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=sunstein%20vermeule%20fgv&source=web&cd=17&ved=0CGIQFjAGOAo&url=http%3A%2F%2Facademico.direito-rio.fgv.br%2Fccmw%2Fimages%2F2%2F2c%2FJurisdi%25C3%25A7%25C3%25A3o_Incerteza_e_Estado_de_Direito.doc&ei=UoLGT6ajFoik8ATo7ZmcBg&usg=AFQjCNHfMTnrkZkKgxScdeGs_Pr3l-4qBA>. Acessado em: 05 dez. 2011.

FALLON, Richard. A Constructivist Coherence Theory of Constitutional Interpretation. Vol. 100, **Harvard Law Review**, p. 1189, 1987.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder** – formação do patronato político brasileiro. 3 ed. Editora Globo, 2001.

FARIA, José Eduardo. **Justiça e Conflito**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992.

_____. **O Direito na Economia Globalizada**. São Paulo: Malheiro Editores, 2004.

FARIA, José Eduardo (Org.). **Direito e Justiça: A Função Social do Judiciário**. São Paulo: Ática, 1989.

FARNSWORTH, E. ALLAN. **An Introduction to the Legal System of the United States**. 3 ed. New York: Oceana, 1996.

FAUSTINO, Antonio Carlos; BASTOS, Marcelo Dos Santos. O Art. 52, X, da Constituição Federal: Eficácia e Efeitos das Decisões do Supremo Tribunal Federal na via do Controle Difuso e o papel do Senado Federal. **RBDC**, n. 12, jul/dez 2008.

FENNO, Richard F. **Home Style: House Members in Their Districts**. Longman, 1978.

FEREJOHN, J. **Law, Legislation, and Positive Political Theory**. Modern Political Economy: Old Topics, New Directions, 1995.

FERRAJOLI, Luigi. Juspositivismo Crítico y Democracia Constitucional. In: **Isonomía**, n. 16, abr. 2002.

_____. Pasado y futuro del Estado de Derecho. In: CARBONELL, Miguel (Ed.). **Neoconstitucionalismo(s)**. Madrid: Trotta; 2003.

FERRAZ JR., Tércio Sampaio. **Direito, Retórica e Comunicação**. Saraiva: São Paulo, 1973.

FERRAZ JR., Tércio Sampaio; MARANHÃO, Juliano Souza de Albuquerque; AZEVEDO, Paulo Furquim. Relatório Final da Pesquisa. In: _____. **As Inter-relações entre o Processo Administrativo e o Judicial, sob a perspectiva da segurança jurídica, do plano da concorrência econômica e da eficácia da Regulação Pública**. Universidade de São Paulo – USP, 2011. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/programas-de-a-a-z/formacao-e-capacitacao/cnj-academico/pesquisas-aplicadas-cnj-academico>>. Acessado em: 08 de abr. 2012.

FERREIRA, Fernando Galvão de Andréa. O Discurso Jurídico como Discurso Prático: aspectos do debate entre Robert Alexy e Jürgen Habermas. **Revista da Faculdade de Direito de Campos**, Ano VII, NQ 9, dez. 2006.

FERREIRA, Gilmar Mendes. Controle de Constitucionalidade. In: **13ª Reunião do Fórum Permanente de Direito Constitucional**, palestra proferida em 23 mar.2009.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Comentários à Constituição Brasileira de 1988**. V. 1. São Paulo: Saraiva, 1990.

FGV. Workshop Interpretação, Desenvolvimento e Instituições. **Cadernos Direito GV**, v. 6, n. 3, Caderno 29, mai. 2009.

FIGUEROA, Alfonso García. La teoría del derecho en tiempos de neoconstitucionalismo. In: CARBONELL, Miguel (Org.). **Neoconstitucionalismo(s)**. Madrid: Trotta, 2003.

FON, Vincy; PARISI, Francesco. On the Optimal Specificity of Legal Rules. Vol. 3, **Journal Institutional Economy**, 2007.

FORSTHOFF, Ernst. **Tratado de Derecho Administrativo**. Madrid: Instituto de Estudios Políticos, 1958. [**Tratado de direito administrativo**. Tradução de Rogério Erardth Soares. Coimbra: Almedina].

_____. **Estatualidad y forma constitucional. El Estado de la sociedade industrial: El modelo de la República Federal de Alemania**. Trad. López Guerra y J.N. Muñis. Madrid: Instituto de Estudios Políticos, 1975.

FRANKFURTER, Felix. Dissenting Opinion. **National Mutual Insurance Company of District of Columbia v. Tidewater Transfer Company, Inc.**, 337 U.S. 582, 646-647, 1949.

FREIRE, Jurandir Costa. Narcisismo em tempos sombrios. In: Joel Birman (Org.). **Percursos na história da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Tauros, 1988.

FREUD, Sigmund. La novela familiar del neurótico. In: FREUD, Sigmund. **Obras Completas**. Tomo IX. Buenos Aires: editorial Amorrortu, p. 217-220, 1979.

FREUND, Julien. **Sociologia de Max Weber**. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1980.

FRIEDE, Reis. **Percepção Científica do Direito**. São Paulo: História, 2009.

FRIEDMAN, Barry. The Importance of Being Positive: The Nature and Function of Judicial Review. Vol. 72, **University of Cincinnati Law Review**, p. 1257, 2004.

_____. **The Will of The People: How Public Opinion Has Influenced the Supreme Court and Shaped the Meaning of the Constitution**. Farrar, Straus and Giroux, 2010.

FRIEDMAN, Lawrence. Claims, Disputes, Conflicts and the Modern Welfare State. In: CAPPELLETTI, Mauro (Org.). **Access to Justice and the Welfare State**. Alphen aan den Rijn, Netherlands: Sijthoff and Noordhoff, 1981.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalism and Freedom**. 14 ed. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1975.

FRIEDRICH, Carl J. **The Impact of American Constitutionalism Abroad**. Boston: Boston University Press, 1967.

FULLER, Lon. The Case of the Speluncean Explorers. Vol. 62, **Harvard Law Review**, 1949.

GALDINO, Flávio. **Introdução à Teoria dos custos dos direitos**: direitos não nascem em árvores. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

GALLUP. **Congress and the Public**, 2012. Disponível em: <www.gallup.com>. Acessado em 09 jun. 2012.

GALLUP. **Government**, 2012. Disponível em: <www.gallup.com>. Acessado em 09 jun. 2012.

GALLUP. **Supreme Court**, 2012. Disponível em: <www.gallup.com>. Acessado em 09 jun. 2012.

GARAPON, Antoine. L'idée de droit social. In: **La Force du Droit**, Pierre Bouretz (Org.). Paris: Esprit, 1991.

_____. **O juiz e a democracia: o guardião das promessas**. Tradução Maria Luiza de Carvalho. 2 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

GARAPON, Antoine; PAPADOPOULOS, Ioannis. **Julgar nos Estados Unidos e na França**: Cultura Jurídica Francesa e Common Law em uma Perspectiva Comparada. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

GARRETT, Elizabeth; VERMEULE, Adrian. Institutional Design of Thayerian Congress. Vol. 50, **Duke Law Journal**, p. 1277, 2001.

GARRIDO, Alexandre; GAMA, Fernando; RIBAS, José; NEUENSCHWANDER, Juliana; CAMARGO, Margarida; e STRUCHINER, Noel. A FUNÇÃO LEGISLATIVA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E OS PARTIDOS POLÍTICOS. **Revista Jurídica - Faculdade Nacional de Direito da UFRJ**, n. 3, Especial Ed., 2008.

GENNAIOLI, Nicola; SHLEIFER, Andrei. The Evolution of Common Law. 115 **J. Pol. Econ.**, 2007a.

_____. Vol. 35, Overruling and the Instability of Law. **J. Comp. Econ.**, p. 309, 2007b.

GINSBURG, Tom; ELKINS, Zachary; MELTON, James. The lifespan of Written Constitutions. **Law and Economic Workshop Paper** n. 3, 2008. Disponível em: <<http://www.yale.edu/macmillan/ruleoflaw/papers/Ginsburg-Lifespans-California.pdf>>. Acessado em: 03 jun. 2011.

GIGERENZER, Gerd; GOLDSTEIN, Daniel G. Reasoning the Fast and Frugal Way: Models of Bounded Rationality. Vol. 103, **Psychological Review**, n. 4, p. 650-669, 1996. Disponível em: <<http://www.dangoldstein.com/papers/FastFrugalPsychReview.pdf>>. Acessado em: 01 dez. 2011.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. Agências reguladoras: uma reflexão de direito constitucional e comparado. In: ROSADO, Marilda (Coord.). **Estudos e pareceres: direito do petróleo e gás**. Rio de Janeiro: Renovar, p. 323-358, 2005.

GONÇALVES, Guilherme Leite. Da Interpretação do Direito: entre Consistência Jurídica e Adequação Social. **Cadernos Direito GV**, v. 6, n. 3, Caderno 29, mai 2009.

GRABER, Mark A. "Towards Juristocracy: The Origins and Consequences of the New Constitutionalism": Does it Really Matter? Conservative Courts in a Conservative Era. Vol. 75, **Fordham Law Review**, n. 2, nov. 2006. Disponível em: <http://fordhamlawreview.org/assets/pdfs/Vol_75/Graber_November.pdf>. Acessado em: 10 jun. 2009.

GRAU, Eros Roberto. **Ensaio e Discurso sobre a Interpretação\Aplicação do Direito**. São Paulo, Malheiros Editores, 2002 (2ª ed., 2003).

_____. **O Direito Posto e o Direito Pressuposto**. São Paulo: Malheiros, 2003.

_____. Prefácio. In: COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda (Org.). **Canotilho e a constituição dirigente**. 2. ed. São Paulo: Renovar, 2005.

GRIFFIN, Stephen M. **American Constitutionalism: from theory to politics**. Princeton: Princeton University Press, 1996.

_____. Has the Hour of Democracy Come Round at Last? The New Critique of Judicial Review. **Const. Comm.**, v. 17, p. 683, 2000.

_____. Judicial Supremacy and Equal Protection in a Democracy of Rights. Vol. 4, **Journal of Constitutional Law**, University of Pennsylvania, n. 2, p. 281-313, jan. 2002.

_____. The Age of *Marbury*: Judicial Review in a Democracy of Rights. In: TUSHNET, Mark (Ed.). **Arguing Marbury v. Madison**. Stanford: Stanford University Press, 2005.

GUERRA, Sérgio. **Controle Judicial dos Atos Regulatórios**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

_____. Atualidades sobre o Controle Judicial dos Atos Regulatórios. **REDAE – Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico**, n. 21, fev./abr. 2010.

_____. **Agências Reguladoras – Da Organização Administrativa Piramidal à Governança em Rede**. Editora Fórum, 2012.

HÄBERLE, Peter. **Hermenêutica Constitucional – A sociedade aberta dos intérpretes da Constituição: contribuição para a interpretação pluralista e “procedimental” da Constituição**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002.

HABERMAS, Jürgen. **Teoría de la acción comunicativa**. 2 v. Madrid: Taurus, 1987.

_____. **Técnica e ciência enquanto “ideologia”**. São Paulo: Nova Cultural, 1980.

_____. **Teoría y Política**. La Necesidad de Revisión de la Esquerda. Madrid: Ed Tecnos, 1991.

_____. **Between Facts and Norms.** Contributions to a Discourse Theory of Law and Democracy. Trad. William Rehg. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology Press, 1996.

_____. **Direito e democracia entre a facticidade e validade.** 2 v. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, n. 101 e 102, 1997.

_____. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade.** v. 1. Tradução Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.

HALIS, Denis de Castro. Supremacia Judicial em debate: ativismo, fabricação de decisões e democracia. **Direito, Estado e Sociedade**, PUC-Rio, n. 24, jan./jun 2004.

HALL, Kermit L. **The Oxford Guide to the Supreme Court.** 3 ed. New York: Oxford University Press, 2005.

HART, Herbert L. A. The Demystification of the Law. In: HART, Herbert L. A. **Essays on Bentham: Jurisprudence and Political Theory.** Reprinted. Oxford University Press: 2001.

_____. **O conceito de Direito.** 5. ed. Tradução A. Ribeiro Mendes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

_____. **Ensaio sobre Teoria do Direito e Filosofia.** Tradução José Garcez Ghirardi e Lenita Maria Rimoli Esteves. Revisão Técnica Ronaldo do Porto M. Junior e Leonardo Gomes P. Costa. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

HAURIOU, André. **Derecho Constitucional y Instituciones Políticas.** Barcelona: Ariel, 1971.

HAUSMAN, Daniel M.; MCPHERSON, Michael S. **Economic Analysis, Moral Philosophy and Public Policy.** 2. Ed. Kindle Edition. Cambridge University Press, 2006.

HEGEL, G. W. F. **Principes de la philosophie du droit.** Trad. Jean-François Kervégan. Paris: PUF, 1998.

HEIRNER, Ronald A. The Origin of Predictable Behavior. Vol. 73, **Am. Econ. Rev.**, p. 560, 1983.

HELLER, Agnes. **Além da Justiça**. Tradução Savannah Hartmann. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

HESPANHA, Antonio Manuel. As transformações revolucionárias e o discurso dos juristas. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1986.

_____. “Sábios e rústicos: a violência doce da razão jurídica”. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 25/26. Coimbra, 1988.

_____. **Panorama Histórico da Cultura Jurídica Européia**. Mira e Sintra: Publicações Europa-América, 1997.

HIRSCHL, Ran. **Towards Juristocracy: The Origins and Consequences of the New Constitutionalism**. Harvard University Press, 2004.

_____. The New Constitutionalism and the Judicialization of Pure Politics Worldwide. Vol. 75, **Fordham Law Review**, p. 721-756, 2006.

HOBBS, Thomas. **Leviatã – ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

HOLMES, Stephen. Precommitment and the paradox of democracy. In ELSTER, Jon; SLAGSTAD, R. (Eds.). **Constitutionalism and Democracy**. Cambridge University Press, 1988.

HOLMES, Stephen; SUSNTEIN, Cass. **The Cost of Rights: Why Liberty Depends on Taxes**. New York: Norton & Co., 1999.

HOOKE, Brad. **Ideal Code, Real World: A Rule-Consequentialist Theory of Morality**. New York: Oxford University Press, 2003.

JÁUREGUI, Gurutz. **La democracia en la encrucijada**. Barcelona: Anagrama, 1994.

JUNQUEIRA, Caio; BASILE, Juliano. Congresso versus STF. **Blog Supremo em Debate**, 9 jan. 2012. Disponível em: <http://supremoemdebate.blogspot.com.br/2012/01/congresso-versus-stf.html>. Acessado em: 08 jun. 2012.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei de Licitação e Contratos Administrativos**. Dialética, 2009.

KÄGI, Werner. **La Constitución como ordenamiento jurídico fundamental del Estado**: investigaciones sobre las tendencias desarrolladas en el moderno Derecho constitucional. Trad. de Sergio Díaz Ricci y Juan José Reyven. Madrid: Dykinson, 2005.

KAPLOW, Louis. Rules versus Standards: An Economic Analysis. Vol. 42, **Duke Law Journal**, 1992.

KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. 5. ed. Tradução João Baptista Machado. Coimbra: Armênio Amado, 1979.

_____. **A Democracia**. Tradução Ivone C. Benedetti, Jefferson L. Camargo, Marcelo B. Cipolla e Vera Barkow. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **Jurisdição Constitucional**. Tradução Alexandre Krug, Eduardo Brandão e Maria E. A. P. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. Hayek and Popper on Ignorance and Intervention. Vol. 3, **J. Institutional Econ.**, p. 33, 2007.

KLARMAN, Michael. What's so great about Constitutionalism? Vol. 93, **Northwestern. University Law Review**, p. 145, 1998.

KOMESAR, Neil. **Imperfect Alternatives**: Choosing Institutions in Law, Economics, and Public Policy, 1994.

KOOPMANS. Legislature and Judiciary – Present Trend”. In: CAPPELLETTI, Mauro. **New Perspectives for a Common Law of Europe/ Nouvelles Perspectives d'un Droit Commun de l'Europe**. Leyden & Bruxelles, Sijhoff & Bruylant, 1978.

KRAMER, Larry R. We the Court. Vol. 115, **Harvard Law Review**, p. 1, 2001.

_____. **The People Themselves: Popular Constitutionalism and Judicial Review**. Oxford University Press, 2004.

LACAN, J. **O mito Individual do Neurótico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

LEAL, Aurelino de Araújo. **História Constitucional do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2002.

LEITE, Fábio Carvalho. **1891: A Construção da Matriz Político-Institucional da República no Brasil**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Direito, 2003.

LESSING, Lawrence. Fidelity in Translation. Vol. 71, **Texas Law Review**, p. 1165, 1993. Disponível em: <<http://www.lessig.org/content/articles/works/fidelity-transaction.pdf>>. Acessado em: 02 mar. 2011.

LEVINSON, Daryl J. Empire-Building Government in Constitutional Law. Vol. 118, **Harvard Law Review**, p. 915, 2005.

LEVINSON, Sanford. Pior defeito da Constituição dos EUA é dificultar emendas. **Jornal O Estado de São Paulo**, de 01 jun. 2012. Disponível em: <www.conjur.com.br>. Acessado em: 02 jun. 2012.

LÉVI-STRAUSS, C.. **Antropologia Estrutural Dois**. 5. ed. Tradução C. Ratz e E. Pires. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

LEWANDOWSKI, E. Ricardo. Vozes do Supremo. Entrevista. **Revista Consultor Jurídico**, 19 abr. 2006. Disponível em: <<http://conjur.estadao.com.br/static/text/43665,1>>. Acesso em: 19 abr. 2006.

LIPSEY, Richard G. & LANCASTER, Kelvin. The General Theory of Second Best. Vol. 24, **The Review of Economic Studies**, p. 11–32, 1956. Reprinted in Robert E. Kuenne (Ed.). **Readings in Social Welfare: Theory and Policy**, p. 48-72, 2000.

LLEWELLYN, Karl N. Remarks on the Theory of Appellate Decision and the Rules or Canons about How Statutes Are to Be Construed. **Van. Law Review**, v. 3, p. 395, 1950.

_____. **The Common Law Tradition: Deciding Appeals.** Aspen Law & Business, p. 521-535, 1960.

LUHMANN, Niklas. **Legitimidade pelo Procedimento.** Tradução Maria da Conceição Côrte-Real. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.

_____. **Introducción a la Teoría de Sistemas.** México: Universidad Iberoamericana/Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Occidente/Anthopos, 1996.

LUKÁCS, Georg. **Historia y consciencia de clase.** Barcelona: Grijalbo, 1978.

MACCORNICK, D. Neil; SUMMERS, Robert S. **Interpreting Statutes: a Comparative Study.** Dartmouth, 1991.

MAIA, Antonio Cavalcanti. **Jürgen Habermas: Filósofo do Direito.** Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

MAJONE, Giandomenico. Temporal Consistency and Policy Credibility: Why Democracies Need Non-Majoritarian Institutions. **European University Institute, Working Paper RSC n. 96/57,** 1996. Disponível em: <http://cadmus.eui.eu/bitstream/handle/1814/1472/RSCAS_1996_57.pdf?sequence=3>. Acessado em: 10 dez. 2008.

MANNING, John F. Textualism as a Nondelegation Doctrine. Vol. 97, **Columbia Law Review**, 1997.

MASHAW. Jerry L. Agency Statutory Interpretation. In: **Issues in Legal Scholarship: Dynamic Statutory Interpretation,** 2002. Disponível em: <www.bepress.com/ils/iss3/art9>. Acessado em: 08 out. 2011.

MAUS, Ingeborg. **Judiciário como superego da sociedade.** O papel da atividade jurisprudencial na sociedade órfã. Novos Estudos Cebrap n. 58, 2000.

MAVCIC, Arne. **The Constitutional Review,** 2010. Disponível em: <<http://www.concourts.net/book.php>>. Acessado em: 01 ago. 2010.

MAXIMILIANO, Carlos. **Comentários à Constituição Brasileira**. v. 1. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1954.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 36 ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

MENDES, Conrado Hübner. “Onze Ilhas”. **Jornal Folha de São Paulo**, 01 fev. 2010.

MENDES, Gilmar Ferreira. Introdução. In: SCHMITT, Carl. **O guardião da Constituição**. Tradução Gilmar F. Mendes. Del Rey, 2007.

MERTON, Robert K. **Social Theory and Social Structure**. Free Press, 1968.

MÉSZÁROS, István. **Educação para além do capital**. Tradução Isa Tavares. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

_____. Avanço da esquerda na AL pode barrar semicolonialismo dos EUA. Entrevista concedida a Ivana Jinkings. **Agência Carta Maior**, 08 mai. 2006. Disponível em: <http://agenciacartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=10808&boletim_id=21&componente_id=349>. Acessado em: 08 mai. 2006.

MOORE, Michael. The Dead Hand of Constitutional Tradition. Vol. 19, **Harvard Journal of Law & Public Policy**, p. 263, 1996.

MORAES, Maria Celina Bodin. A caminho de um Direito Civil Constitucional. In: **Revista de Direito Civil, Imobiliário, Agrário e Empresarial**, v. 17, n. 65, pp. 21-32, jul./set. 1993.

_____. Constituição e direito civil: tendências. **Revista dos Tribunais**, n. 779, p. 47-63, 2000.

MOREIRA, Eduardo Ribeiro. Neoconstitucionalismo e Teoria da Interpretação. In: Moreira, Eduardo R.; Pugliesi, Marcio (Coord.). **20 anos da Constituição Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2009a.

_____. Do Positivismo ao Neoconstitucionalismo. In: Moreira, Eduardo R.; Pugliesi, Marcio (Coord.). **20 anos da Constituição Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2009b.

MOREIRA, Vital. A metamorfose da Constituição Econômica. **Revista de Direito do Estado**, n. 2, p. 381-394, 2006.

MÜLLER, Ingo. **Hitler's justice**: the courts of the Third Reich. Trad. Deborah Schneider. Cambridge: Harvard University Press, 1991.

NINO, Carlos Santiago. **Consideraciones sobre la Dogmática Jurídica**. México: Universidade Nacional Autónoma de México, 1974.

_____. **The Constitution of Deliberative Democracy**. New Haven: Yale University Press, 1996.

OLIVEIRA, Daniel Almeida de. **Judicialização e os limites da decisão correta**. *Dissertação de Mestrado*. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Direito, Dissertação de Mestrado, 2006.

_____. O Direito da Cidade no Direito e nas questões sociais: limites, possibilidades e paradigmas. In: COUTINHO, Ronaldo do Livramento et. al. (Org.). **Direito da Cidade**: novas concepções sobre as relações jurídicas no espaço social urbano. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

_____. Pré-Sal: O Novo Marco Regulatório das atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural no Brasil. **Revista Virtual da AGU**, Ano X, n. 99, abr. 2010. Disponível em: http://www.agu.gov.br/sistemas/site/TemplateTexto.aspx?idConteudo=141492&id_site=1115&ordenacao=1. Acessado em: 05 fev. 2011.

_____. Capitalismo. In: Barretto, Vicente de Paula (Coord.). **Dicionário De Filosofia Política**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2010b.

_____. Stephen Griffin e a Teoria Constitucional Americana: Quem detém Legitimidade para dizer o que a Constituição Significa e qual é a Constituição dos Estados Unidos hoje? In: STERN, Ana Luiza S.; OLIVEIRA, Daniel Almeida de; CASTELLAR, João Carlos; Berman, José Guilherme; VIEIRA, José Ribas (Coord.); PIRES Thula Rafaela. **Teoria Constitucional Norte-Americana Contemporânea**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

OLIVEIRA, Fábio Correa Souza de. **Morte e vida da Constituição Dirigente: compreensão geral e brasileira**. Tese de doutoramento. Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006.

OTERO, Paulo. **Legalidade e Administração Pública** – O Sentido da Vinculação Administrativa à Juridicidade. Almeidina, 2011.

PACHECO, Regina Silvia. Regulação no Brasil: desenho das agências e formas de controle. Vol. 40, **RAP**, p. 523-543, jul./-go, 2006.

PAGE, Scott. **The Difference**: How the Power of Diversity Creates Better Groups, Firms, Schools, and Societies. Princeton University Press, 2007.

PEREIRA, Jane Reis Gonçalves. **Interpretação constitucional e direitos fundamentais**: uma contribuição ao estudo das restrições aos direitos fundamentais na perspectiva da teoria dos princípios. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

PERLINGIERI, Pietro. Perfis do Direito Civil. **Introdução ao direito civil constitucional**. Tradução Maria. C. de Cicco, Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

PETERS, Christopher. Assessing the New Judicial Minimalism. V. 100, **Columbia Law Review**, p. 1454-1537, 2000.

PILATTI, Adriano. **A Constituinte de 1987-1988**: progressistas, conservadores, ordem econômica e regras do jogo. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2008.

PINTO, José Guilherme Berman Corrêa. Stephen Griffin e a nova crítica democrática ao judicial review. **Direito, Estado e Sociedade**, PUC-Rio, n. 27, jul./dez. 2005.

PLATÃO. **Platão**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

POSNER, Richard A. **The Federal Courts**: Challenge and Reform, 1996.

_____. **Frontiers of Legal Theory**. Cambridge: Harvard University Press, 2001.

_____. **Law, Pragmatism, and Democracy**. Cambridge: Harvard University Press, 2003.

_____. **Para Além do Direito**. Tradução Evandro Ferreira e Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

PONZETTO, Giacomo A. M.; FERNANDEZ, Patricio A. Case Law versus Statute Law: An Evolutionary Comparison. Vol. 37, **Journal of Legal Studies**, University of Chicago, jun. 2008.

RACHLINSKI Jeffrey J. Bottom-Up Versus Top-Down Lawmaking. Vol. 73, **University of Chicago Law Review**, p. 933, 2006.

RADBRUCH, Gustav. **Arbitrariedade Legal y Derecho Supralegal**. Buenos Aires: Abeledo - Perrot, 1962.

_____. Legal philosophy. In: PATTERSON, E. W. (Ed.). **The legal philosophies of Lask, Radbruch, and Dabin**. Harvard, p. 47-224, 1950.

RAMOS, Saulo. **Código da Vida**: fantástico litígio judicial de uma família: drama, suspense, surpresas e mistério. Planta, 2007.

RAWLS, John. Justiça como equidade: uma concepção política, não metafísica. **Lua Nova**, n. 25, 1992, p. 25-59.

_____. **Uma teoria da Justiça**. Tradução A. Pisetta e L. M. R. Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

REALE, Miguel. **Lições Preliminares de Direito**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

RODRIGUEZ, José Rodrigo. Prefácio. In: RODRIGUEZ, José Rodrigo (Org.). **A Justificação do Formalismo Jurídico**: textos em debate. São Paulo: Saraiva, 2011.

RODRIGUES, Lêda Boechat. **História do Supremo Tribunal Federal**. Tomo I – 1891 - 1898 – Defesa das Liberdades Civas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A, 1965.

ROTH, André-Noel. El derecho en crisis: fin del Estado moderno? In: CÁRCOVA, Carlos (Org.). **El papel del derecho en la post-transición democrática**. Oñati: Instituto Internacional de Sociología del Derecho, jul. 1993.

ROUANET, Sérgio Paulo. **As Razões do Iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SANCHÍS, Luis Prieto. **Constitucionalismo y positivismo**. México/DF: Fontamara; 1997.

_____. **Justicia Constitucional y derechos fundamentales**. Madri: Trotta, 2000.

_____. Neoconstitucionalismo y ponderación judicial. In: CARBONELL, Miguel (Ed.). **Neoconstitucionalismo(s)**. Madrid: Trotta, 2003.

SANTAYANA, Mauro. Os outros nomes da UDN. **Carta Maior Agência de Notícias**, 25 abr. 2006. Disponível em: <http://agenciartamaior.uol.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=3048&buletim_id=13&componente_id=196>. Acessado em 01 mai. 2006.

SANTOS, Ângela Moulin Penalva; GAMA, Eduardo Pereira Nogueira. Cidadania, Poder Local e controle do Estado. **Cadernos da Pós Graduação em Direito**. n. 6. Rio de Janeiro: Gráfica da UERJ, 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza. O discurso e o poder: ensaio sobre a sociologia da retórica jurídica. **Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra**. Coimbra, 1975.

_____. **Da sociologia da ciência à política científica**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1977.

_____. O Estado, as relações salariais e o bem-estar social na semiperiferia. In: **Análise Social**. Lisboa, n. 87, 1985.

_____. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Afrontamento, 1987.

_____. **Introdução a uma Ciência Pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. Da idéia da Universidade a Universidade de idéias. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Coimbra, n. 27/28, 1989.

_____. O Estado e o direito na transição pós-moderna: para um novo senso comum sobre o poder e o direito. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Lisboa, n. 30, jun. 1990.

_____. **De la Mano de Alicia**: lo social y lo político en la post-modernidade. Bogotá: Siglo del Hombre e Uniandes, 1998.

_____. Derecho y democracia: la reforma global de la justicia. In: SANTOS, Boaventura de Souza; GARCÍA-VILLEGAS, Mauricio (Org.). **El Caleidoscopio de las Justicias en Colombia**. Bogotá: Ediciones Uniandes, Siglo del Hombre, 2001.

_____. **A crítica da Razão Indolente**: contra o desperdício da experiência. v. 1. In: _____. Para um Novo Senso Comum: a Ciência, o Direito e a Política na Transição Paradigmática. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, DÉBORA. STF volta atrás e julga legal lei que criou Instituto Chico Mendes: Ministros tomaram decisão a pedido da Advocacia-Geral da União. Na sessão de quarta, Supremo havia derrubado essa lei. **G1 Política**, 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2012/03/mudanca-no-rito-de-aprovacao-so-valera-para-novas-mps-decide-stf.html>>. Acessado em: 08 mar. 2012.

SARMENTO, Daniel. Os Princípios Constitucionais e a Ponderação de Bens. In: TORRES, Ricardo Lobo (Org.). **Teoria dos Direitos Fundamentais**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

_____. Daniel Sarmento. **A ponderação de interesses na Constituição Federal**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000.

_____. O neoconstitucionalismo no Brasil: riscos e possibilidade. In: SARMENTO, Daniel (coord.). **Filosofia e teoria constitucional contemporânea**, 2009.

_____. O Neoconstitucionalismo no Brasil: Riscos e Possibilidades. In: LEITE, George S.; SARLET, Ingo W. (Org.). **Direitos Fundamentais e Estado Constitucional**. Coimbra: Coimbra Editora, p. 9-49, 2009.

SARLET, Ingo W. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

SCALIA, Antonin. Judicial Deference to Administrative Interpretation of Law. **Duke Law Journal**, p. 511-521, 1989.

_____. **A Matter of Interpretation**: Federal Courts and the Law. Princeton University Press, 1998.

SCHAUER, Frederick. Easy Cases. Vol. 58, **Southern California Law Review**, p. 399, 1985.

_____. Formalism. Vol. 97, **Yale Law Review**, march 1988.

_____. **Playing by the Rules**. Oxford University Press, 1991.

_____. Do Cases Make Bad Law. Vol. 73, **University of Chicago Law Review**, p. 883, 2006.

_____. **Thinking like a Lawyer**: a new introduction to legal reasoning. Kindle Edition. Cambridge: Harvard University Press, 2009.

_____. Formalismo. Tradução Diego W. Arguelhes, Fábio Shecaira e Noel Struchiner. In: RODRIGUEZ, José Rodrigo (Org.). **A Justificação do Formalismo Jurídico**: textos em debate. São Paulo: Saraiva, 2011.

SCHMIDTZ, David. Satisficing as a Humanly Rational Strategy. In: BYRON, Michael (Ed.). **Satisficing and Maximizing**. Moral Theorists on Practical Reason. Cambridge University Press, 2004. Disponível em: <http://www.scribd.com/ioana_cn/d/62155236/5-A-New-Defense-of-Satis%EF%AC%81cing#outer_page_42>. Acessado em: 06 jul. 2011.

SCHMITT, Carl. La Tirania de los Valores. Tradução Anima Schmitt de Otero. **Revista de Estudios Políticos**, Madrid, n. 115, ene./feb. 1961.

_____. **O Guardião da Constituição**. Tradução Geraldo de Carvalho. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

SCHUARTZ, Luis Fernando. **Quando o Bom é o melhor amigo do Ótimo**: A Autonomia do Direito perante a Economia e a Política da Concorrência, 2007. Disponível em: <http://academico.direito-rio.fgv.br/ccmw/images/f/fc/Schuartz_-

_Quando_o_Bom_%C3%A9_amigo_do_%C3%93timo.pdf>. Acessado em: 05 jan. 2012.

_____. Consequencialismo Judicial e Incerteza Jurídica. **Cadernos Direito GV**, v. 6, n. 3, Caderno 29, mai. 2009.

SCHUCK, Peter H. **Limits Of Law: Essays on Democratic Governance** (New Perspectives on Law, Culture, and Society). Westview Press, 2000.

SELIGMAN, Felipe. Procurador-Geral questiona no STF julgamento da Raposa/Serra do Sol. **Jornal Folha de São Paulo**, 21 mar. 2009.

SERNA, Pedro e TOLLER, Fernando. **La Interpretación Constitucional de los Derechos Fundamentales: Una Alternativa a los Conflictos de Derechos**. Buenos Aires: La Ley S.A., 2000.

SGARBI, Adrian. **Clássicos da Teoria do Direito**. John Austin, Hans Kelsen, Alf Ross, Herbert L.A. Hart, Ronald Dworkin. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

SHAFIR, Eldar; TVERSKY, Amos. Thinking through uncertainty: nonconsequential reasoning and choice. **Cognitive Psychology**, v. 24, p. 449-474, 1992.

SHAPIRO, Martin. **Freedom of speech: The Supreme Court and Judicial Review**. New Jersey: Englewood Cleffs, Pretince Hall, 1966.

SHERWIN, Emily. Judges as Rulemakers. Vol. 73, **University of Chicago Law Review**, p. 919, 2006.

SIEBENEICHLER, Flávio Beno. Uma filosofia do Direito Procedimental. **Revista TB**, n. 138. Rio de Janeiro, p. 153-172, jul./set. 1999.

SIEGEL, Jonathan R. What Statutory Drafting Errors Teach Us About Statutory Interpretation. **George Washington Law Review**, v. 69, 2001.

_____. Judicial Interpretation in the Cost-Benefit Crucible. **Minnesota Law Review**, v. 92, 2007-2008; **George Washington University Legal Studies Research Paper** n. 292, 2007. Disponível em SSRN: <<http://ssrn.com/abstract=1000430>>. Acessado em: 10 jun. 2010.

SIEGEL, Neil S. A Theory in Search of a Court and Itself-Judicial Minimalism at the Supreme Court Bar. **Michigan Law Review**, v. 103, p. 1951-2019, 2005.

SILVA, Carlos Augusto. **O Processo Civil como Estratégia de Poder**: Reflexo da Judicialização da Política no Brasil. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

SILVA, Cecília de Almeida; MOURA, Francisco; PINTO, José Guilherme B.; VIEIRA, José Ribas; TAVARES, Rodrigo de Souza Tavares; VALLE, Vanice Regina Lório do. **Diálogos Institucionais e Ativismo**. Rio de Janeiro: Juruá, 2010.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.

_____. **Aplicabilidade das Normas Constitucionais**. 5ª Ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2001.

SILVA, Virgílio Afonso da. Interpretação Constitucional e Sincretismo Metodológico. In: SILVA, Virgílio Afonso (Org.). **Interpretação Constitucional**. 1 ed. 3ª tiragem. São Paulo: Malheiros, 2010.

SIMON, Herbert A. A Behavioral Model of Rational Choice. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 69, n. 1. p. 99-118, feb. 1955. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/pdfplus/1884852.pdf>>. Acessado em: 05 mai. 2011.

SIMPSON, A. W. B. **Cannibalism and the Common Law**: The Story of the Tragic Last Voyage of the Mignonette and the strange Legal Proceedings to which it gave rise. Chicago: University of Chicago Press, 1984.

SIQUEIRA CASTRO, Carlos Roberto. **A Constituição aberta e atualidades dos direitos fundamentais do homem**. Rio de Janeiro. Tese apresentada à UERJ em concurso para professor titular, 1995.

SLOTE, Michael. Two Views of Satisficing. In: BYRON, Michael (Ed.). **Satisficing and Maximizing**. Moral Theorists on Practical Reason. Cambridge University Press, 2004. Disponível em: <http://www.scribd.com/ioana_cn/d/62155236/5-A-New-Defense-of-Satis%EF%AC%81cing#outer_page_42>. Acessado em: 07 jun. 2011.

SOUTO, Marcos Juruena Villela. **Direito Administrativo Regulatório**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

_____. **Propostas Legislativas de Novo Marco Regulatório do Pré-Sal**. Parecer ao IBP, 2009.

SOUZA NETO, Cláudio Pereira de. **Teoria constitucional e democracia deliberativa**. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

_____. O dilema constitucional contemporâneo entre o neoconstitucionalismo econômico e o constitucionalismo democrático. In: COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda et. al. **Diálogos Constitucionais: Direito, Neoliberalismo e desenvolvimento em países periféricos**. Rio de Janeiro: Renovar, 2006b.

SOUZA NETO, Cláudio Pereira de; MENDONÇA, José Vicente Santos de. Fundamentalização e fundamentalismo na interpretação do princípio constitucional da livre iniciativa. In: SOUZA NETO, Cláudio Pereira; SARMENTO, Daniel (Org.). **A Constitucionalização do Direito: fundamentos teóricos e aplicações específicas**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

STIGERT, Bruno. **Racionalidade de Quem?** Por uma teoria da interpretação honesta e adequada, 2009. Disponível em: <http://www.ufjf.br/eticaefilosofia/files/2009/11/11_2_bruno1.pdf>. Acessado em: 08 set. 2011.

STOLLEIS, Michael. **The Law under the Swastika: Studies on Legal History in Nazi Germany**. Translation Thomas Dunlap. Chicago: The University of Chicago Press, 1998.

STRAUSS, David A. Common Law Constitutional Interpretation. **The University of Chicago Law Review**, v. 63, p. 877, 1996.

_____. Common Law, Common Ground, and Jefferson's Principle. **The Yale Law Journal**, v. 112, p. 1717, 2003. Disponível em: <<http://www.yalelawjournal.org/pdf/112-7/StraussFINAL.pdf>>. Acessado em: 06 jun. 2011.

STRAUSS, David A.; SUNSTEIN, Cass. The Senate, the Constitution, and the Confirmation Process. **Yale Law Journal**, v. 100, p. 1491, 1992.

STRAUSS, Peter. One Hundred Fifty Cases per Year: some implications of the Supreme Court's limited resources for Judicial Review of Agency Action. **Columbia Law Review**, v. 87, p. 1093, 1987.

_____. When Judge Is Not the Primary Official with responsibility to Read: Agency Interpretation and the Problem of Legislative History. **Chi. Kent L. Rev.**, v. 66, p. 321-332, 1990.

STRUCHINER, Noel. **Para falar em regras**. O positivismo conceitual como cenário para uma investigação filosófica acerca dos casos difíceis do direito. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2005.

_____. Posturas interpretativas e modelagem institucional: a dignidade (contingente) do formalismo jurídico. In: SARMENTO, Daniel (Org.). **Filosofia e teoria constitucional contemporânea**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

SUBER, Peter. **The Paradox of Self-Amendment: A Study of Law, Logic, Omnipotence, and Change**. Peter Lang Publishing, 1990.

_____. The Paradox of Self-Amendment in American Constitutional Law. **Stanford Literature Review**, 1-2, v. 7, p. 53-78, spring-fall 1990b.

SULLIVAN, Kathleen M. The Supreme Court, 1991 Term – Foreword: The Justices of Rules and Standards. **Harvard Law Review**, v. 106, 1992.

SUNDFELD, Carlos Ari Sundfeld. Uma Análise do uso de Princípios do Direito Administrativo pelo STJ. **Cadernos Direito GV**, v. 6, nº 3, Caderno 29, mai. 2009.

_____. Princípio é preguiça. In: MACEDO JR., Ronaldo P.; BARBIERI, Catarina Helena C. **Direito e Interpretação – Racionalidades e Instituições**. São Paulo: Saraiva, 2011, pp. 287-305.

_____. **Direito Administrativo para Céticos**. São Paulo: Malheiros, 2012.

SUNSTEIN, Cass R. Problems with Rules. **California Law Review**, v. 83, p. 953, 1995.

_____. Deliberative Trouble? Why Groups Go To Extremes. **Yale Law Journal**, v. 110, p. 71, 2000.

_____. **One case a time**: Judicial Minimalism on the Supreme Court. Cambridge: Harvard University Press, 2001.

_____. Irreversible and Catastrophic. **John M. Olin Law & Economics Working Paper** n. 242, University of Chicago, apr. 2005. Disponível em: <<http://www.law.uchicago.edu/Lawecon/index.html>>. Acessado em: 03 mai. 2012.

_____. **Infotopia**: How Many Minds Produce Knowledge. New York: Oxford University Press, 2006.

_____. Second Amendment Minimalism: Heller as Griswold. **Harvard Law Review**. v. I, p. 246-274, 2008.

_____. **A Constitution of Many Minds**: Why the Founding Document doesn't mean what it meant before? Princeton University Press, 2009.

_____. Deve o formalismo ser defendido empiricamente? In: RODRIGUEZ, José Rodrigo (Org.). **A Justificação do Formalismo Jurídico**: textos em debate. São Paulo: Saraiva, 2011.

SUNSTEIN, Cass R; ULLMANN-MARGALIT, Edna. Second-Order Decisions. **John M. Olin Law & Economics Working Paper** n. 57, 1999. Disponível em: <http://www.law.uchicago.edu/files/files/57.CRS_SecondOrder.pdf>. Acessado em: 23 mar. 2012.

TEPEDINO, Gustavo. **Temas de direito civil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

TORRES, Ricardo Lobo. **A Constituição Compromissória de Portugal**. Disponível em: <www.rlobotorres.adv.br>. Acessado em 03 abr. 2008.

TUSHNET, Mark. An Essay on Rights. **Texas Law Review**, n. 62, v. 4, 1984.

_____. **Taking the Constitution away from the Courts**. Princeton: Princeton University Press, 1999.

_____. Interpretation in Legislatures and Courts: Incentives and Institutional Design. In: TUSHNET, Mark. **Legislatures and Constitutionalism: the Role of Legislatures in the Constitutional State**. Cambridge University Press, 2006.

_____. **Weak Courts, Strong Rights: Judicial Review and Social Welfare Rights in Comparative Constitutional Law**. New Jersey: Princeton University Press, 2008.

UNITED KINGDOM. High Court of Justice (Queen's Bench Division). **R. v. Dudley and Stephens** 14 QBD 273 DC, 1884.

UNITED STATES OF AMERICA. Supreme Court. **Locke v. United States** - 11 U.S. 339 (1813).

_____. Supreme Court. **Nat'l Mut. Ins. Co. of D.C. v. Tidewater Transfer Co. Inc.**, 337 U.S. 582, 646-647 (1949) (Frankfurter, J., dissenting).

_____. Supreme Court. **United States v. Will**, 449 U.S. 200, 1980.

_____. Supreme Court. **Chevron U.S.A. Inc. v. Natural Resources Defense Council, Inc.**, 467 U.S. 837, 1984.

_____. Supreme Court. **United States v. Morrison**, 529 U.S. 598, 2000.

_____. Supreme Court. **Bush v. Gore**, 531 U.S. 98, 2000.

_____. Supreme Court. **United States v. Mead Corp.**, 533 U.S. 218, 226-27, 2001.

_____. Congressional Research Service. **Congressional Statistics: Bills Introduced and Laws enacted, 1947-2003, 2004**. Disponível em: <www.llsdc.org/sourcebook/docs/CRS-%727>. Acessado em: 28 jun. 2011.

ULLMANN-MARGALIT, Edna; MORGENBESSER, Sidney. Picking and Choosing. **Social Research**, v. 44, p. 757-785, winter/1977. Disponível em: <<http://fas-philosophy.rutgers.edu/chang/7pickingandchoosing.pdf>>. Acessado em: 10 dez. 2011.

UPRIMNY, Rodrigo; GARCÍA-VILLEGAS, Maurício. Tribunal Constitucional e emancipação social na Colômbia. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

VERÍSSIMO, Marcos Paulo. Controle Judicial da Atividade Normativa das Agências de Regulação Brasileiras. In: ARAGÃO, Alexandre Santos de (Org.). **O Poder Normativo das Agências Reguladoras**. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

VERMEULE, Adrian. Three Strategies of Interpretation. **Public Law and Legal Theory Working Paper Series**, University of Chicago, 2004. Disponível em: <<http://www.law.uchicago.edu/files/files/75-av-interpretation.pdf>>. Acessado em: 05 jul. 2011.

_____. **Judging under Uncertainty**. Cambridge: Harvard University Press, 2006.

_____. Common Law Constitutionalism and the Limits of Reason. **Columbia Law Review**, v. 107, 2007.

_____. **Mechanisms of Democracy: Institutional Design Writ Small**. Oxford University Press, 2007b.

_____. **Law and the Limits of Reason**. New York: Oxford University Press, 2009.

_____. **The system of the constitution**. Kindle Edition. Oxford University Press, 2011.

VIEIRA, Oscar Vilhena. Supremocracia. In: **Revista Direito GV**, n. 8, p. 441-463, 2008.

_____. Interpretação e Política Judicial. **Cadernos Direito GV**, v. 6, n. 3, Caderno 29, mai. 2009.

VIEIRA, José Ribas. O Supremo Tribunal Federal e a Diversidade Social: Estudo do caso Raposa Serra do Sol. Trabalho publicado nos **Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI**, realizado em Fortaleza - CE nos dias 09, 10, 11 e 12 de jun. 2010.

_____. Conclusão. In: STERN, Ana L.; OLIVEIRA, Daniel A.; CASTELLAR, José Carlos; BERNAM, José G.; VIEIRA, José R. (Org.); PIRES, Thula. **Teoria Constitucional Norte-Americana Contemporânea**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

VIEIRA, José Ribas; CAMARGO, Margarida M. L.; SILVA, A. G.; NETTO, F. G. M. A prática institucional e a representação argumentativa no caso Raposa Serra do Sol (Primeira Parte). **Revista Forense** (Impressa), v. 408, p. 219-253, 2010.

WALD, Arnold. A renovação da Justiça. **Anuário da Justiça Brasil 2012**, Consultor Jurídico, 2012.

WALDRON, Jeremy. **Law and Disagreement**. New York: Oxford University Press, 1999.

_____. The Core of the Case Against Judicial Review. **The Yale Law Journal**, v. 115, 2006. Disponível em: <http://philosophyfaculty.ucsd.edu/faculty/rarneson/Courses/Waldroncore.pdf>. Acessado em: 29 set. 2008.

WARAT, Luís Alberto. **A Pureza do Poder**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1983.

_____. As vozes incógnitas das verdades jurídicas. **Seqüência**, n. 14. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, jul. 1987.

WEBER, Max. Burocracia e liderança política. In: _____. **Parlamentarismo e Governo numa Alemanha reconstruída**. São Paulo: Abril Cultural, p. 7-92, 1974.

WEINBERG, Alvin M. **Nuclear Reactions: Science and Trans-Science**. Kindle Edition. American Institute of Physics, 1993.

WEISBACH, David A. Formalism in the Tax Law. **University of Chicago Law Review**, v. 66, p. 860, 1999.

WILSON, Dennis B. Electing judges and justices: Should the Supra-Legislators be Accountable to the Voters? **Creighton Law Review**, v. 39, p. 695, 2006.

ZAGREBELSKY, Gustavo. **El derecho dúctil**. Ley, derechos, justicia. Madrid: Trotta, 2003.